

A prova da competência

3 MAI 1989

O CONGRESSO Nacional sobreviveu a mais de 20 anos de perda das prerrogativas de um Legislativo genuíno. Teve a sustentá-lo, por todo esse tempo, uma sociedade pertinaz, que jamais desistiria de vê-lo como estuário insubstituível de todas as suas aspirações: provou-o o interesse permanente pelo processo eleitoral.

ESSA sociedade põe agora em teste, e com todo o direito, o Congresso de prerrogativas significativamente acrescidas, surgido da Constituição de 1988 — o teste da eficiência, razão de ser e justificativa das prerrogativas.

ORA, a se julgar pelo que O GLOBO constatou na Câmara dos Deputados, o risco de decepção ronda as expectativas da sociedade: falta à Câmara um mínimo de apoio técnico especializado, para que ela se desincumbia razoavelmente de suas funções, apesar da coorte respeitável de 6.965 servidores.

O CONTINGENTE é da ordem de grandeza da população total da maioria absoluta dos municípios brasileiros. E não se pode dizer que ele sirva à atividade-fim da Casa: afinal, apenas 58 têm qualificação técnica e integram o quadro desfalcado da Assessoria Legislativa; os demais, se servem ao órgão, não representam contribuição direta

às respectivas funções. E é da realidade destas que depende a vitalidade da instituição: Legislativo é, por definição, ação.

DIZER que a estrutura presente da Câmara trabalha contra o parlamentar, como afirmou o Deputado José Costa (PMDB-AL), é deixar entrever uma distorção inaceitável: o serviço ali — se há — é prestado a indivíduos; não aos encargos do mandato. E leva a interpretar como contraprova da distorção o fato de não se ter realizado, nos últimos 12 anos, concurso algum para a seleção de pessoal técnico.

COMPREENDE-SE a abundância de lugares-comuns no discurso político do presente: ela repercute a pobreza de informação. Compreende-se a volta a slogans anacrônicos, que se imaginara estivessem defuntos: é a falta da alternativa de um discurso procedente, atualizado e coerente. Compreende-se que ao debate se esteja substituindo o teatral e espetacular: como discutir, sem dados, e como debater, sem argumentos?

MAS a instituição, a Câmara, não pode contar, indefinidamente, com tal compreensão do público: desde há alguns meses passou a lhe dever explicações à altura das prerrogativas de que se investiu. Explicações, por

exemplo, pelo nível de Piso Nacional de Salários, que pretende determinar — fora o expediente bisonho de simplesmente converter em dólares o atual Piso: o respeito pela sociedade exige bem mais. Ou explicações por ter rejeitado um início de enxugamento da máquina administrativa do Estado, esperado pela maioria absoluta da população.

A CADA dia que passa, através da imprensa se torna de domínio público quanto vem sendo elaborado em núcleos diversos e especializados de decisão e de poder: é a democratização da informação, contribuição de uma imprensa livre para uma sociedade de opiniões, como é qualquer sociedade pluralista.

É PERANTE esse público, tornado felizmente mais crítico e necessariamente mais exigente, que a Câmara precisa, rotineiramente, justificar-se: é a contrapartida da representação. É vexaminoso que se encontre facilmente, até no segundo ou terceiro escalão do Executivo, quem lhe explique plausivelmente todas as iniciativas, enquanto no Legislativo transparece a desinformação e a indigência de respaldo técnico. É vexaminoso e clama por modernização e agilidade na instituição: a competência provada é a exigência que segue de imediato as prerrogativas assumidas.